



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista de Controle  
Área Contábil**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição \_\_\_\_\_

MODELO

Nº do Caderno \_\_\_\_\_

MODELO1

Nº do Documento \_\_\_\_\_

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

**Perspectiva de Montesquieu**

O grande pensador francês Montesquieu (1689-1755) é um dos mais importantes intelectuais na história das ciências jurídicas. A grande originalidade de sua obra maior – **O espírito das leis** – consiste na revolução metodológica. O método de Montesquieu comporta dois aspectos inter-relacionados, que podem ser distinguidos com clareza. O primeiro exclui da ciência social toda perspectiva religiosa ou moral; o segundo afasta o autor das teorias abstratas e dedutivas e o dirige para a abordagem descritiva e comparativa dos fatos sociais.

Quanto ao primeiro, constituía um solapamento do finalismo teológico e moral que ainda predominava na época, segundo o qual todo o desenvolvimento histórico do homem estaria subordinado ao cumprimento de desígnios divinos. Montesquieu, ao contrário, reduz as instituições a causas puramente humanas. Segundo ele, introduzir princípios teológicos no domínio da história, como fatores explicativos, é confundir duas ordens distintas de pensamento. Deliberadamente, dispõe-se a permanecer nos estritos domínios dos fenômenos políticos, e jamais abandona tal projeto.

Já nas primeiras páginas do **Espírito das leis** ele adverte o leitor contra um possível mal-entendido no que diz respeito à palavra “virtude”, que emprega amiúde com significado exclusivamente político, e não moral. Para Montesquieu, o correto conhecimento dos fatos humanos só pode ser realizado cientificamente na medida em que eles sejam visados como são e não como deveriam ser. Enquanto não forem abordados como independentes de fins religiosos e morais, jamais poderão ser compreendidos. As ciências humanas deveriam libertar-se da visão finalista, como já haviam feito as ciências naturais, que só progrediram realmente quando se desvencilharam do jugo teológico.

Para o debate moderno das relações que se devem ou não travar entre os âmbitos do direito, da ciência e da religião, Montesquieu continua sendo um provocador de alto nível.

(Adaptado de **Montesquieu – Os Pensadores**. S. Paulo: Abril, 1973)

1. O método original pelo qual Montesquieu se orienta ao escrever **O espírito das leis** tem como primeira característica promover
- (A) uma convergência mais natural entre as bases do pensamento teológico e as das instituições civis.
  - (B) o caráter dedutivo dos estudos jurídicos, a se desenvolverem com base em teses e hipóteses investigativas.
  - (C) a separação radical entre o âmbito dos valores teológicos e morais e o das políticas e ciências humanas.
  - (D) a supressão dos valores éticos morais, em nome de uma exclusiva ordem constitucional anticlerical.
  - (E) o confronto entre as prioridades de um Estado religioso e as de um Estado laico, tendo em vista uma síntese conciliatória.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Foi a grande importância que Montesquieu atribuía aos estudos de filosofia pura que o levou a compor um tratado como **O espírito das leis**, um monumento dedicado à metafísica do Direito.
  - II. Para Montesquieu, as instituições humanas devem ser vistas como tais, ou seja, criações do homem, devendo por isso ser tratadas como fenômenos políticos, e não como manifestações místicas.
  - III. Montesquieu, em suas reflexões sobre as instituições e as leis, deixava-se orientar pelo pensamento utópico, prefigurando, como homem de imaginação que era, a realização espiritual e ideal dos homens.

Em relação ao texto está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Quanto ao primeiro, constituía um solapamento do finalismo teológico e moral que ainda predominava na época, segundo o qual todo o desenvolvimento histórico do homem estaria subordinado ao cumprimento de desígnios divinos.

Com base no trecho acima, é correto afirmar:

- (A) a palavra *solapamento* está empregada no sentido de **implementação** ou **suprimento**.
- (B) na expressão *segundo o qual*, o elemento sublinhado reporta-se diretamente a *desenvolvimento histórico*.
- (C) a expressão *desígnios divinos* tem sentido oposto ao da expressão *finalismo teológico*.
- (D) o *desenvolvimento histórico do homem* era visto, até então, em função do *finalismo teológico e moral*.
- (E) a expressão *cumprimento de desígnios divinos* deve ser entendida como **extensão da autoridade de Deus**.

4. Está inteiramente clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Montesquieu valeu-se, em **O espírito das leis**, do conceito político de “virtude”, escoimando essa palavra de qualquer ressonância de ordem moral ou religiosa.
- (B) Para que não se confundissem os leitores, Montesquieu advertiu-os que a palavra “virtude” ali empregada não detinha terminologia religiosa, conquanto apenas política.
- (C) Era mister de Montesquieu desconsiderar o desígnio divino, razão pela qual fixou no termo “virtude” o censo de sentido político que a palavra deveria transpirar.
- (D) Em **O espírito das leis**, propunha Montesquieu a tratar das instituições de fato humanas, tendo por isso empregado a palavra “virtude” em sentido material, e não teológico.
- (E) Ao conceito moral de “virtude” opôs-se Montesquieu, preterindo-o uma vez que lhe preferia no sentido político, tendo para isso alertado seus leitores em **O espírito das leis**.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas em:
- (A) Para os leitores de qualquer época seriam úteis reconhecer os dois métodos que regiam Montesquieu em **O espírito das leis**.
- (B) Muito terão a ganhar, sejam quais forem as convicções de uma época, quem se disponha a refletir sobre as ideias de Montesquieu.
- (C) À exceção dos que professam ardentemente uma fé, leitores de Montesquieu haverão sempre, para endossar com ânimo suas teses.
- (D) Segundo Montesquieu, não cabem aos homens preocupar-se com a finalidade religiosa das instituições, mas sim com a finalidade política.
- (E) No século XVIII não se ateu aos princípios morais religiosos quem, como Montesquieu, os preferis-se para priorizar os princípios da política.
- 
6. A oração sublinhada exerce a função de **sujeito** dentro do seguinte período:
- (A) Montesquieu preferiu guiar-se pelos valores civis, em vez de se deixar levar pelo finalismo religioso.
- (B) A um espírito sensível e religioso não convém ler um filósofo como Montesquieu buscando apoio espiritual.
- (C) Um estudo sério da história das ciências jurídicas não pode prescindir dos métodos de que se vale Montesquieu em O espírito das leis.
- (D) As ciências humanas deveriam libertar-se da religião, assim como ocorreu com as ciências naturais.
- (E) O método de Montesquieu valorizou as instituições humanas e solapou o finalismo teológico e moral.
- 
7. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) No século das Luzes Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar, por um método original composto por dois aspectos inter-relacionados: que serviam a seu propósito condenável para muitos, de ver como excludentes o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (B) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método, original, composto por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito condenável, para muitos, de ver como excludentes, o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (C) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método original, composto por dois aspectos inter-relacionados que serviam a seu propósito, condenável para muitos, de ver como excludentes o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (D) No século das Luzes Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método original, composto, por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito condenável para muitos: de ver como excludentes, o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (E) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar, por um método original, composto por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito, condenável, para muitos de ver como excludentes o finalismo religioso, e o fenômeno político.
- 
8. Está INADEQUADA a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Enquanto não fossem abordados como independentes de fins religiosos e morais, os fatos humanos jamais seriam compreendidos, acreditava Montesquieu.
- (B) Deliberadamente, Montesquieu dispunha-se a permanecer nos estritos domínios dos fenômenos políticos, e jamais abandonaria tal projeto.
- (C) Ele mais de uma vez advertiu o leitor contra um possível mal-entendido no que dizia respeito à palavra "virtude", que empregava amiúde com significado exclusivamente político.
- (D) O primeiro aspecto do método excluía da perspectiva social todo valor religioso, ao passo que o segundo afastasse o autor das abstrações teóricas.
- (E) Segundo a moral que predomina na época, o desenvolvimento histórico do homem deve subordinar-se ao cumprimento dos desígnios divinos.
- 
- Noções de Direito Constitucional**
9. Henrique decide organizar uma passeata em prol da proteção do meio ambiente. No dia marcado, mais de cem pessoas se reúnem no centro da cidade, munidas de bandeiras e cartazes para expressar suas opiniões sobre a causa a ser defendida. Para que a referida manifestação esteja conforme os ditames constitucionais,
- (A) dependerá de prévia autorização judicial, para que a autoridade competente verifique se a reunião possui fins pacíficos.
- (B) ao final da manifestação, seu organizador deverá prestar contas ao Poder Público e ressarcir eventuais danos causados ao patrimônio público.
- (C) poderá ser realizada em local aberto ao público, desde que a autoridade competente tenha sido previamente avisada sobre o evento.
- (D) estará condicionada à existência prévia de associação que se responsabilize por sua realização e tenha, entre seus fins, a defesa do meio ambiente.
- (E) deverá ser organizada sob a forma de comício, uma vez que a Constituição não autoriza a realização de reuniões móveis.
- 
10. Conforme a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil,
- (A) o Distrito Federal, por sua condição peculiar de capital federal, não possui autonomia e não pode ser dividido em Municípios.
- (B) os Territórios Federais integram os Estados-Membros aos quais pertencem e suas competências são reguladas por lei complementar.
- (C) a República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados-Membros, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios, todos dotados de autonomia.
- (D) os Estados-Membros podem se subdividir, mas não podem se desmembrar para se anexarem a outros Estados-Membros, pois, neste caso, ofenderão o princípio constitucional que proíbe a secessão.
- (E) o Distrito Federal rege-se por lei orgânica e possui competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.



11. A Constituição do Estado do Paraná
- (A) não é dotada de preâmbulo, visto que apenas a Constituição Federal, por ser fruto de um Poder Constituinte Originário, pode conter um dispositivo para a abertura da ordem constitucional.
  - (B) determina que a cidade de Curitiba é a Capital do Estado, a qual somente poderá ser mudada mediante lei complementar e após consulta plebiscitária.
  - (C) prevê a possibilidade de o governador do Estado editar medidas provisórias, em respeito ao princípio da simetria relacionado às regras do processo legislativo estadual.
  - (D) determina que as leis complementares estaduais são aprovadas por maioria simples dos integrantes da Assembleia Legislativa.
  - (E) estabelece que o controle externo das contas públicas estaduais, a cargo do Poder Executivo, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
12. Em relação à nacionalidade, determina a Constituição Federal que
- (A) a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização será declarada, por decisão do Ministério da Justiça, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
  - (B) os cargos de Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e de oficial das Forças Armadas são privativos de brasileiro nato.
  - (C) as normas constitucionais não poderão estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
  - (D) o brasileiro não perderá a nacionalidade no caso de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
  - (E) os direitos inerentes aos brasileiros serão atribuídos aos portugueses, independentemente de residirem no Brasil ou no exterior, como reciprocidade aos laços entre Brasil e Portugal durante o período colonial.
13. Sobre a disciplina constitucional dos direitos políticos, é correto afirmar que
- (A) os analfabetos, embora possam exercer o direito de voto, são considerados inelegíveis.
  - (B) o Presidente da República, para concorrer à reeleição, deve renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
  - (C) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo máximo de dez dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
  - (D) a soberania popular será exercida diretamente por meio de voto, iniciativa popular, referendo, plebiscito, ação popular, participação no júri, bem como por meio de decisão em processo de *impeachment*.
  - (E) a elegibilidade tem como condições a nacionalidade brasileira, o alistamento eleitoral, a filiação partidária e a idade mínima de trinta e cinco anos para o cargo de governador.
14. A Câmara dos Deputados tem competência privativa para
- (A) exercer o controle externo das contas públicas com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
  - (B) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
  - (C) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
  - (D) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
  - (E) determinar os limites de emissão da moeda bem como o montante da dívida mobiliária federal.
15. Sobre as disposições constitucionais referentes ao processo legislativo ordinário, é correto afirmar que
- (A) o Congresso Nacional não pode rejeitar projeto de lei advindo de iniciativa popular.
  - (B) o Senado Federal é a casa inicial para discutir e votar projetos de lei de iniciativa do Presidente da República.
  - (C) matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto se, quando reproposto, apresentar fundamentação diversa da do projeto original.
  - (D) matéria relacionada à modificação de efetivos das Forças Armadas não pode ser objeto de deliberação legislativa.
  - (E) projeto de lei cujo veto tenha sido derrubado pelo Congresso Nacional será enviado para promulgação ao Presidente da República.
16. Nos termos da Constituição Federal, a competência privativa do Presidente da República poderá ser delegada no caso de
- (A) decretação do estado de defesa, de sítio e intervenção federal.
  - (B) concessão de indulto e comutação de penas.
  - (C) elaboração de decretos e regulamentos para a fiel execução da lei.
  - (D) edição de medidas provisórias com força de lei.
  - (E) celebração de tratados, convenções e atos internacionais.
- Noções de Direito Administrativo**
17. Em contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/93,
- (A) a alteração qualitativa ou quantitativa do seu objeto, não é admitida em face do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
  - (B) admitem-se acréscimos quantitativos, no limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, podendo chegar a 50% no caso de reforma de edifício ou equipamento.
  - (C) a supressão de obras, serviços ou compras contratados, não é admitida exceto com a expressa concordância do contratado.
  - (D) a alteração qualitativa, não é admitida mas apenas a quantitativa, para acréscimos ou supressões do objeto contratado, até o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
  - (E) a alteração qualitativa é admitida, quando houver modificação do projeto ou das especificações, vedadas alterações quantitativas.



18. De acordo com a legislação que disciplina o processo administrativo (Lei Federal nº 9.784/99), os recursos administrativos
- (A) podem ser interpostos, não apenas por aqueles que forem parte no processo, mas também por aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.
  - (B) podem ter como titulares de direitos e interesses apenas os que forem parte no processo e as organizações e associações de classe no tocante aos direitos individuais atingidos.
  - (C) tramitam, no máximo, por duas instâncias administrativas, admitindo-se a reconsideração pela autoridade prolatora da decisão, que deve se manifestar no prazo máximo de 10 dias.
  - (D) tramitam, no máximo, por três instâncias administrativas, não cabendo juízo de reconsideração pela autoridade prolatora da decisão.
  - (E) podem ser interpostos apenas em relação às razões de legalidade da decisão, vedada a discussão do mérito administrativo, e exigem o oferecimento de caução, salvo quando dispensada pela autoridade recorrida.
- 
19. Determinada empresa privada, concessionária de serviço público, está sendo acionada por usuários que pleiteiam indenização por prejuízos comprovadamente sofridos em razão de falha na prestação dos serviços. A propósito da pretensão dos usuários, é correto concluir que
- (A) depende de comprovação de dolo ou culpa do agente, eis que as permissionárias e concessionárias de serviço público não estão sujeitas à responsabilização objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço público.
  - (B) atinge a empresa concessionária, independentemente de comprovação de dolo ou culpa, porém é afastada quando não comprovado o nexo de causalidade, bem como quando comprovada culpa exclusiva da vítima.
  - (C) atinge apenas o concedente do serviço, o qual possui responsabilidade extracontratual de natureza objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço concedido.
  - (D) atinge a concessionária apenas se comprovada conduta dolosa ou culposa, a qual, uma vez condenada, possui o direito de regresso em face do poder concedente.
  - (E) atinge apenas o concedente do serviço, que somente será condenado em caso de comprovação de dolo ou culpa da empresa concessionária e terá contra a mesma o correspondente direito de regresso.
- 
20. A Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre improbidade administrativa, alcança os
- (A) agentes públicos, desde que com vínculo permanente, mandato ou cargo, nas entidades integrantes da Administração direta ou indireta de todos os Poderes.
  - (B) atos dolosos, exclusivamente, desde que ensejem lesão ao patrimônio público ou violação aos princípios aplicáveis à Administração Pública, praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração.
  - (C) agentes públicos e os particulares que induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem de forma direta ou indireta.
  - (D) atos praticados contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes de todas as esferas da federação, excluídas as entidades privadas que recebam recursos públicos exclusivamente a título de subvenção.
  - (E) atos dolosos ou culposos praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração, desde que causem, cumulativamente, lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.
- 
21. De acordo com legislação que rege licitações e contratos administrativos, são ADEQUADAS as modalidades licitatórias
- (A) leilão para alienação de bens móveis e imóveis avaliados em até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e concorrência para alienação de bens móveis e imóveis acima deste valor.
  - (B) pregão para aquisição de bens de natureza comum e para alienação de bens inservíveis e convite para compras de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
  - (C) concurso para contratação de serviços técnicos especializados e tomada de preços para compras até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
  - (D) concorrência para concessões e para alienação de imóveis de qualquer valor e pregão para aquisição de bens e serviços comuns.
  - (E) tomada de preços para aquisição de bens de natureza comum e convite para contratação de serviços de natureza comum, em ambos os casos, independentemente do valor estimado.
- 
22. A respeito do controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, é correto afirmar:
- (A) Em face da presunção de veracidade e de legitimidade, não admitem exame judicial no que diz respeito à motivação.
  - (B) Em face da presunção de legalidade, somente podem ser anulados judicialmente quando comprovada violação de norma de competência ou de forma.
  - (C) Apenas os atos vinculados são passíveis de controle judicial, vedando-se o exame dos aspectos de conveniência, oportunidade e legalidade dos atos discricionários.
  - (D) Todos os aspectos do ato administrativo são passíveis de exame pelo Poder Judiciário, exceto o mérito administrativo dos atos vinculados.
  - (E) Os atos discricionários são passíveis de controle pelo Poder Judiciário, no que diz respeito aos aspectos de legalidade e, quanto ao mérito, podem ser invalidados se constatado desvio de finalidade ou ausência dos motivos determinantes para a sua prática.



23. Inserem-se entre as entidades integrantes da Administração pública indireta, além das empresas públicas, as
- (A) sociedades de economia mista, as fundações públicas e as Organizações Sociais ligadas à Administração por contrato de gestão.
  - (B) autarquias, fundações e sociedades de economia mista, que são pessoas jurídicas de direito público.
  - (C) sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, que se submetem ao mesmo regime jurídico das empresas privadas e aos princípios aplicáveis à Administração Pública.
  - (D) fundações e autarquias, excluídas as sociedades de economia mista.
  - (E) sociedades de economia mista, exceto as que operam no domínio econômico em regime de competição com as empresas privadas.
- 
24. De acordo com a Lei nº 8.666/93, as exigências relativas à qualificação econômico-financeira dos licitantes
- (A) compreendem a apresentação de balanço e demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a exigência valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.
  - (B) não podem contemplar a apresentação de garantia de execução do contrato, podendo-se, contudo, exigir dos licitantes a apresentação de índices que comprovem a capacidade financeira e faturamento anterior, compatíveis com o objeto da licitação.
  - (C) podem contemplar a exigência de garantia, na forma de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, limitada a 5% do valor estimado da contratação, vedada a exigência simultânea de índices de rentabilidade.
  - (D) restringem-se à apresentação de certidões negativas de falência e recuperação judicial e relação de compromissos que possam comprometer a capacidade de execução do objeto licitado, vedada a exigência de apresentação de balanço ou balancetes.
  - (E) restringem-se à apresentação de certidões negativas de falência e recuperação judicial e de balanço e demonstrações financeiras do último exercício, admitindo-se a exigência de garantia apenas para objetos de grande vulto e alta complexidade.
- 

#### Raciocínio Lógico

25. Sabe-se que os termos da sequência (8, 9, 12, 13, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 26, ...) foram obtidos segundo uma lei de formação. De acordo com essa lei, o 13º termo dessa sequência é um número
- (A) par.
  - (B) primo.
  - (C) divisível por 3.
  - (D) múltiplo de 4.
  - (E) quadrado perfeito.
- 
26. Em um escritório trabalham 10 funcionários: 5 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Dispõe-se de 10 fichas numeradas de 1 a 10, que serão usadas para sortear dois prêmios entre esses funcionários e, para tal, cada mulher receberá uma ficha numerada de 1 a 5, enquanto que cada homem receberá uma numerada de 6 a 10. Se, para o sorteio, as fichas das mulheres forem colocadas em uma urna M e as dos homens em uma urna H, então, ao sortear-se uma ficha de cada urna, a probabilidade de que em pelo menos uma delas esteja marcado um número ímpar é de
- (A) 24%.
  - (B) 38%.
  - (C) 52%.
  - (D) 68%.
  - (E) 76%.
-



27. Considere que as seguintes premissas são verdadeiras:
- I. Se um homem é prudente, então ele é competente.
  - II. Se um homem não é prudente, então ele é ignorante.
  - III. Se um homem é ignorante, então ele não tem esperanças.
  - IV. Se um homem é competente, então ele não é violento.

Para que se obtenha um argumento válido, é correto concluir que se um homem

- (A) não é violento, então ele é prudente.
- (B) não é competente, então ele é violento.
- (C) é violento, então ele não tem esperanças.
- (D) não é prudente, então ele é violento.
- (E) não é violento, então ele não é competente.

- 
28. Quando faziam uma excursão pela Serra do Mar, quatro amigos perderam-se e, tarde da noite, depararam-se com uma ponte de corda que, a cada travessia, só suportava o peso de, no máximo, duas pessoas. Além disso, dada a escuridão que se apresentava no momento, fez-se necessário, a cada travessia, usar o único lampião que dispunham, para que fosse minimizado o risco a que seriam submetidos. Supondo-se que, por travessia, Alice gaste 6 minutos, Bráulio gaste 8 minutos, Canuto gaste 12 minutos e Dalila gaste 15 minutos, então, o menor tempo que seria gasto até que todos atravessassem tal ponte é
- (A) 55 minutos.
  - (B) 53 minutos.
  - (C) 50 minutos.
  - (D) 45 minutos.
  - (E) 42 minutos.

---

#### Controle Externo da Administração Pública

29. Compete ao Tribunal de Contas
- (A) julgar as contas apresentadas pelos órgãos fiscalizadores de categorias profissionais.
  - (B) apreciar, para fins de registro, as nomeações para provimento de cargo em comissão.
  - (C) sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão ao Chefe do Poder Executivo.
  - (D) prestar informações solicitadas pelo Poder Legislativo sobre a fiscalização contábil, operacional, financeira, patrimonial, orçamentária e ambiental.
  - (E) realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias.
- 
30. Nos termos da Lei Orgânica do TCE/PR, além da apreciação das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, o Tribunal de Contas também emite parecer prévio, por solicitação da Assembleia Legislativa, sobre
- (A) o relatório das atividades desenvolvidas pelo próprio Tribunal.
  - (B) o cumprimento de metas.
  - (C) editais de licitação por ela elaborados.
  - (D) a proposta orçamentária.
  - (E) convênios entre o Estado e os Municípios.

- 
31. A Constituição Federal estabelece que os Tribunais de Contas estaduais serão integrados por
- (A) três Conselheiros.
  - (B) cinco Conselheiros.
  - (C) sete Conselheiros.
  - (D) nove Conselheiros.
  - (E) onze Conselheiros.



32. O Prefeito de um município do Estado do Paraná celebrou termo de parceria com uma entidade assistencial, sem fins lucrativos, para promover aulas a analfabetos. Todavia, a beneficiária negou-se a prestar contas ao TCE/PR, alegando que esse ato estava fora de sua jurisdição. A medida tomada pela entidade pode ser considerada
- (A) correta, uma vez que a competência para fiscalização de despesas relacionadas à educação de analfabetos é do Tribunal de Contas da União.
  - (B) incorreta, uma vez que a jurisdição do TCE/PR abrange qualquer entidade que utilize bens e valores públicos.
  - (C) incorreta, salvo se os valores repassados não excederam a 0,01% do orçamento anual do Município.
  - (D) correta, uma vez que a beneficiária é entidade sem fins lucrativos.
  - (E) correta, uma vez que a beneficiária não é órgão público.
- 
33. Nos termos previstos na Constituição Federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de
- (A) demissão a bem do serviço público.
  - (B) responsabilidade subsidiária.
  - (C) responsabilidade solidária.
  - (D) exoneração.
  - (E) suspensão.
- 
34. A Constituição Federal estabelece que as decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de
- (A) decisão preliminar.
  - (B) título executivo.
  - (C) precatório.
  - (D) sentença normativa.
  - (E) título judicial.
- 
35. A verificação de desvio de finalidade enseja o julgamento
- (A) irregular e a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
  - (B) irregular e a fixação de responsabilidade subsidiária do agente público que praticou o ato irregular.
  - (C) regular, com ressalvas, e a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
  - (D) regular, com ressalvas, e a fixação de responsabilidade subsidiária do agente público que praticou o ato irregular.
  - (E) regular, com ressalvas, e, no caso de dano ao erário, a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
- 
36. A titularidade do controle externo é do
- (A) Poder Executivo, com auxílio do Tribunal de Contas.
  - (B) Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas.
  - (C) Poder Judiciário, com o auxílio do Tribunal de Contas.
  - (D) Tribunal de Contas, com o auxílio do Poder Legislativo.
  - (E) Ministério Público, com o auxílio do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas.
- 
37. A consulta ao TCE/PR poderá ser formulada, dentre outros interessados, por
- (A) qualquer cidadão.
  - (B) partido político.
  - (C) qualquer associação.
  - (D) sindicato.
  - (E) órgão fiscalizador de categoria profissional.





38. Um Prefeito de um Município do Estado do Paraná teve um determinado ato por ele praticado julgado irregular por decisão monocrática do TCE/PR, publicada no diário oficial de 10 de outubro (segunda-feira) de 2011. Não conformado com o decidido, interpôs, no dia 24 do mesmo mês, recurso de revista com pedido de efeitos devolutivo e suspensivo. A medida tomada pelo administrador pode ser considerada
- (A) adequada, todavia somente caberá efeito suspensivo se constatado risco iminente de lesão grave e de difícil reparação.
  - (B) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de agravo. Todavia, poderá ser recebido, pois não houve indício de má-fe e foi respeitado o prazo do recurso correto.
  - (C) adequada, todavia o recurso de revista só admite efeito devolutivo.
  - (D) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de agravo e não foi respeitado o prazo do recurso correto, que é de dez dias.
  - (E) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de revisão e não foi respeitado o prazo do recurso correto, que é de dez dias.

---

#### Auditoria

39. O modelo COSO I é uma ferramenta que permite ao administrador revisar e melhorar seu sistema de controle interno e foi estruturado com base em cinco componentes: ambiente interno ou de controle, avaliação de risco, procedimentos ou atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento. O modelo COSO II pode ser considerado mais abrangente, pois possuiu, além desses, mais três componentes. São eles:
- (A) definição de objetivos, identificação de riscos e resposta aos riscos.
  - (B) definição de objetivos, identificação de riscos e circularização de documentos.
  - (C) tabela de evidências, definição de riscos e circularização de documentos.
  - (D) tabela de evidências, resposta de riscos e circularização de documentos.
  - (E) definição de objetivos, tabela de evidências e resposta de riscos.
- 
40. A fase da auditoria em que se determina o momento da realização de cada uma das tarefas é chamada de
- (A) planejamento.
  - (B) análise de risco.
  - (C) estudo de caso.
  - (D) evidenciação.
  - (E) seleção de programa de trabalho.
- 
41. Risco de auditoria pode ser definido como a possibilidade do auditor
- (A) não encontrar os documentos, processos nem demonstrativos necessários à realização dos trabalhos.
  - (B) trabalhar com informações falsas, fraudulentas ou incompletas.
  - (C) ter sua integridade física ameaçada em razão de sua opinião.
  - (D) expressar uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorções relevantes.
  - (E) emitir parecer inconcluso pelo tempo de auditoria exíguo estabelecido na fase de planejamento.
- 
42. Sobre os papéis de trabalho é correto afirmar que são
- (A) de propriedade da empresa ou órgão auditado.
  - (B) documentos elaborados pelo auditor na fase que antecede o planejamento da auditoria.
  - (C) o conjunto de formulários que contém os apontamentos obtidos pelo auditor durante o seu exame.
  - (D) as atividades desempenhadas por cada integrante do grupo de auditoria.
  - (E) os documentos, selecionados pelo auditor, que devem ficar arquivados por, pelo menos, dez anos após a emissão do parecer de auditoria.
- 
43. Quando as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o auditor emite um parecer
- (A) conclusivo.
  - (B) sem especificações.
  - (C) extroverso.
  - (D) finalístico.
  - (E) sem ressalva.
- 
44. Na análise dos demonstrativos contábeis, um auditor deparou-se com valores inconsistentes. Diante desse fato, após a verificação da validade das alternativas, para a execução da auditoria ele adotou o menor valor para os componentes do ativo e o maior para os do passivo. A medida tomada pelo auditor atendeu ao princípio da
- (A) entidade.
  - (B) prudência.
  - (C) razoabilidade.
  - (D) oportunidade.
  - (E) competência.



## Administração Financeira e Orçamentária

45. Considere:

1	Receita Tributária
2	Subvenções Sociais
3	Receita Patrimonial
4	Investimentos
5	Operações de Crédito
6	Inversões Financeiras
7	Alienações de Bens
8	Subvenções Econômicas
9	Amortização de Empréstimos
10	Amortização da Dívida Pública

Com base no quadro acima, podem ser classificados como receita e despesa de capital, respectivamente, os itens

- (A) 1 e 2.
- (B) 4 e 5.
- (C) 3 e 8.
- (D) 6 e 7.
- (E) 9 e 10.

46. O regime de adiantamento

- (A) pode ser aplicado a qualquer tipo de despesa.
- (B) é exceção à regra do prévio empenho.
- (C) pode ser feito a servidor em alcance, desde que este ainda não tenha sido condenado judicialmente.
- (D) é vedada sua concessão a servidor já responsável por dois adiantamentos.
- (E) é proibida sua concessão a servidor ocupante de cargo em comissão em razão de sua natureza precária.

47. O ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta é

- (A) o lançamento da receita.
- (B) a inscrição em dívida ativa.
- (C) o pagamento.
- (D) o empenho.
- (E) a liquidação.

48. Os anexos de metas e riscos fiscais integram

- (A) a Lei Orçamentária Anual.
- (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) o Plano Plurianual.
- (D) o Balanço Orçamentário.
- (E) a Demonstração de Variações Patrimoniais.

49. No dia 30 de janeiro do penúltimo ano de mandato, o prefeito de um município do Estado do Paraná realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária para atender insuficiência de caixa, obrigação que foi liquidada em 15 de dezembro do mesmo ano. Nesse caso,

- (A) houve ilegalidade, uma vez que não é possível contratar esse tipo de operação de crédito nos dois últimos anos de mandato do Prefeito Municipal.
- (B) não houve ilegalidade, eis que respeitado o prazo limite para contratação desse tipo de operação de crédito, que é somente a partir do décimo dia do início do exercício.
- (C) houve ilegalidade, pois a liquidação deveria ter ocorrido até o dia 10 de dezembro do ano da contratação.
- (D) houve ilegalidade, uma vez que a operação de crédito foi contratada para atender insuficiência de caixa, hipótese que configura planejamento inadequado.
- (E) não houve ilegalidade, eis que ocorreu a liquidação total do débito.

50. Ao final de um determinado bimestre, a Prefeitura de um Município do Estado do Paraná verificou a possibilidade da realização de receitas não comportar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal. Diante desse fato, a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê como medida obrigatória

- (A) realizar limitação de empenho e movimentação financeira.
- (B) fazer reestruturação administrativa.
- (C) suspender a execução dos contratos em vigor por trinta dias, salvo aqueles referentes a serviços essenciais.
- (D) revogar certames licitatórios que ainda não geraram contratos.
- (E) cancelar os concursos para admissão de pessoal que ainda não tenham sido homologados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Atenção: As questões de números 51 a 55 referem-se a Direito Tributário.

51. Sobre o Imposto sobre Serviços – ISS, é correto afirmar que lei complementar federal:
- (A) define fato gerador, base de cálculo e contribuintes do ISS, imposto de competência da União.
  - (B) institui o ISS, imposto de competência da União, cabendo aos Municípios a capacidade para arrecadar e fiscalizar.
  - (C) disciplina que a prestação de serviço, fato gerador do ISS, considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador, salvo hipóteses específicas.
  - (D) disciplina que o ISS incide sobre serviço proveniente do exterior e sobre exportações de serviços para o exterior do País.
  - (E) define as alíquotas mínimas para ISS em 5% do valor do serviço, determinando que qualquer alíquota abaixo deste valor caracteriza renúncia de receita.
- 
52. Sobre as causas de extinção do crédito tributário, é correto afirmar que a
- (A) transação depende de lei específica do ente competente, de indicação legal da autoridade competente para autorizá-la e, finalmente, da homologação judicial.
  - (B) compensação decorre imediatamente da lei que prevê seus requisitos, sendo admitida apenas em relação a créditos tributários de mesma natureza.
  - (C) moratória decorre de lei e é causa de renúncia de receita, dependendo de prévia autorização orçamentária para ser efetivada.
  - (D) isenção extingue o crédito tributário em virtude de lei que dispensa o pagamento do tributo.
  - (E) remissão pode ser concedida em caráter geral, a todos os contribuintes, independente de despacho de autoridade administrativa, desde que haja autorização orçamentária.
- 
53. Atendendo a erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato, a lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado,
- (A) anistia.
  - (B) moratória.
  - (C) parcelamento.
  - (D) remissão.
  - (E) compensação.
- 
54. A contribuição de melhoria
- (A) tem por finalidade gerar receita para realização de obra pública que deverá ser concluída até o exercício financeiro seguinte ao da sua arrecadação.
  - (B) tem como base de cálculo o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, que representa o limite individual para cobrança deste tributo.
  - (C) tem por fato gerador serviço público ou obra pública que gere valorização imobiliária, tal qual o serviço de pavimentação asfáltica e o serviço de saneamento básico.
  - (D) tem sua instituição por competência concorrente dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
  - (E) pode ser exigida antes, durante ou depois da realização da obra pública ou do serviço, por se tratar de um tributo de receita vinculada.
- 
55. Quando a lei determina que haja retenção na fonte pagadora de contribuição social ou de imposto, estará caracterizada a
- (A) substituição tributária para frente.
  - (B) delegação da competência tributária.
  - (C) delegação da capacidade tributária ativa.
  - (D) responsabilidade tributária por sucessão.
  - (E) responsabilidade tributária por substituição.



**Atenção:** As questões de números 56 a 60 referem-se a Direito Financeiro.

56. Sobre o processo legislativo das leis orçamentárias, é correto afirmar:

- (A) A iniciativa para apresentação do projeto de lei orçamentária anual é de iniciativa concorrente do Chefe do Poder Executivo e da Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores.
- (B) A Constituição Federal não restringe nem condiciona a apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual.
- (C) Os recursos que venham a ficar sem despesa correspondente em virtude de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual podem ser utilizados mediante crédito especial ou suplementar.
- (D) As emendas ao projeto de lei orçamentária anual só podem ser apresentadas pelo Presidente da República diretamente à Mesa do Congresso Nacional. Qualquer modificação posterior somente acontecerá por medida provisória.
- (E) Admite-se emenda ao projeto de lei orçamentária em virtude de anulação de despesa decorrente de transferência tributária constitucional para Municípios.

57. Sobre a Lei Orçamentária Anual, é correto afirmar que

- (A) integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (B) compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social.
- (C) o projeto de lei orçamentária anual deverá ser enviado ao Poder Legislativo até oito meses e meio antes do encerramento do exercício, conforme disciplinado em lei complementar.
- (D) não será encerrada a sessão legislativa enquanto não for aprovada a lei orçamentária anual.
- (E) não poderá conter, de forma absoluta, dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

58. Diante de uma reforma administrativa acabou por ser criado um cargo até então inexistente, razão pela qual não existe autorização orçamentária para a realização da despesa. Para que a despesa seja devidamente paga, o Poder Público deverá

- (A) abrir crédito especial, com autorização prévia de lei e por Decreto do Executivo, em virtude da inexistência de dotação orçamentária específica.
- (B) abrir crédito suplementar, por medida provisória, em virtude da inexistência de dotação orçamentária específica.
- (C) fazer o remanejamento de remanescentes orçamentários de dotações orçamentárias diversas, por Decreto do Executivo.
- (D) fazer a transposição, com autorização prévia de lei e por Decreto do Executivo, mediante realocação de remanescentes orçamentários.
- (E) realizar por medida provisória ou lei específica, transferência no âmbito das categorias econômicas de despesas, por repriorização de gastos.

59. Diante de uma decisão judicial irrecorrível que ordene ao Estado a pagar determinado tratamento de saúde a um cidadão, sem que este tratamento tenha previsão para ser custeado pelos cofres públicos, o Estado deverá

- (A) descumprir a ordem judicial por falta de previsão orçamentária para a despesa de saúde.
- (B) criar um crédito extraordinário para custear a despesa de saúde decorrente de ordem judicial.
- (C) realizar licitação para contratar melhor serviço de saúde.
- (D) abrir, por medida provisória alteradora da lei orçamentária, dotação orçamentária específica para cobrir despesa com saúde específica, em virtude de decisão judicial.
- (E) criar crédito suplementar, destinado a reforço de dotação orçamentária específica para saúde, para possibilitar o cumprimento da ordem judicial.

60. A despesa com pessoal é classificada pela Lei nº 4.320/64 como despesa

- (A) derivada.
- (B) transferência corrente.
- (C) de capital.
- (D) de custeio.
- (E) de investimento.



Atenção: As questões de números 61 a 65 referem-se a Direito Empresarial.

61. É correto afirmar:

- (A) Considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, científica, literária ou artística, mesmo com o concurso de auxiliares ou colaboradores.
- (B) Antes do início de sua atividade, deve o empresário, facultativamente, inscrever-se no Registro Público de Empresas Mercantis da sede respectiva.
- (C) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste também deverá inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.
- (D) A inscrição do empresário far-se-á mediante requerimento verbal, sem maiores formalidades, junto ao Cartório competente.
- (E) Não responderá pelas obrigações contraídas a pessoa que exercer atividade própria de empresário, se legalmente impedida a tanto.

62. O título de crédito

- (A) que não contiver indicação de vencimento considera-se como vencível em 30 dias.
- (B) que não contiver indicação específica do lugar de emissão e de pagamento considerar-se-á como tais o domicílio do emitente.
- (C) não pode o título ser emitido a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e que constem da escrituração do emitente.
- (D) que contiver omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico originário.
- (E) é um documento informal, sem requisitos específicos previstos em lei.

63. A sociedade simples

- (A) constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, contera requisitos previstos em lei.
- (B) não necessita de inscrição de seu contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.
- (C) requer que as modificações do contrato social necessitem sempre do voto da maioria absoluta de seus membros.
- (D) é válida previsão contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e perdas.
- (E) admite livre substituição de sócio, no exercício das suas funções, independentemente do consentimento dos demais sócios.

64. A microempresa ou empresa de pequeno porte

- (A) terá funcionamento autorizado por meio de alvará definitivo, independentemente do grau de risco da atividade exercida.
- (B) só poderá registrar seus atos constitutivos, suas alterações e baixas com a prova da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas dos empresários e pessoas jurídicas que a formem.
- (C) obtém sua receita bruta pelo produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, no preço dos serviços prestados e no resultado das operações em conta alheia, incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.
- (D) terá como implicação alteração, denúncia ou restrição dos contratos anteriormente firmados por ela, ao ser enquadrada como tal.
- (E) abrange a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário, assim definido no Código Civil, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso e preenchidos os demais requisitos legais.

65. A recuperação judicial

- (A) pode ser requerida pelo devedor que, no momento do pedido, exerça suas atividades há, no mínimo, cinco anos, além de atender aos demais requisitos legais.
- (B) abrange todos os créditos existentes na data do pedido, desde que vencidos.
- (C) obriga os credores do devedor inclusive em face dos coobrigados, fiadores e obrigados de regresso, com necessidade de habilitação nos autos para exercício dos direitos creditícios.
- (D) inclui, dentre suas finalidades, a manutenção da fonte produtora, o emprego dos trabalhadores e os interesses dos credores, preservando a empresa, sua função social e estimulando a atividade econômica.
- (E) anula as obrigações contratuais assumidas anteriormente à sua concessão.



**Atenção:** As questões de números 66 e 67 referem-se a Seguridade Social.

66. O Art. 201 da Constituição Federal brasileira dispõe que a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, nos termos da lei, e atenderá a:
- I. Cobertura de eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
  - II. Cobertura integral por eventos resultantes de acidentes do trabalho.
  - III. Proteção ao trabalhador em situação de desemprego voluntário.
  - IV. Salário-família e auxílio reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.
  - V. Pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiros e dependentes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, IV e V.

67. A Seguridade Social:

- I. compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- II. tem como base, entre outros, os seguintes objetivos: a universalidade da cobertura e do atendimento, a irredutibilidade do valor dos benefícios e a diversidade de base de financiamento.
- III. poderá destinar recursos públicos ou subvenções às instituições privadas, que prestem serviços de saúde, com ou sem fins lucrativos.
- IV. tem sua gestão organizada de forma democrática, descentralizada, colegiada e quadripartite.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II e IV.
- (C) II.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.

**Atenção:** As questões de números 68 a 77 referem-se a Ciência da Contabilidade.

68. Em 31/08/X10, uma empresa aplicou suas disponibilidades em ativos financeiros, adquirindo 5 títulos no valor de R\$ 1.000,00 cada, e os classificou da seguinte maneira: 3 títulos como ativo financeiro "disponível para a venda futura" e 2 títulos como ativo financeiro "mantido para negociação imediata". Estes títulos remuneravam à taxa de 1% ao mês e o valor de mercado de cada título 30 dias após a sua aquisição era de R\$ 1.008,00. Com base nestas informações, em 30/09/X10, a empresa registrou
- (A) uma receita financeira de R\$ 46,00 na DRE, e um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 6,00 (saldo devedor) no Patrimônio Líquido.
  - (B) um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 10,00 (saldo credor) no Patrimônio Líquido.
  - (C) uma receita financeira de R\$ 50,00 na DRE, e um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 10,00 (saldo devedor) no Patrimônio Líquido.
  - (D) uma receita financeira de R\$ 16,00 na DRE, e um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 24,00 (saldo credor) no Patrimônio Líquido.
  - (E) uma receita financeira de R\$ 40,00, na DRE.



69. A Cia. Financia Tudo S.A foi constituída, em 30/06/X10, mediante integralização de 100% de seu Capital Social, no valor de R\$ 150.000,00, em dinheiro.  
Durante o mês de julho de X10, a Cia. realizou as seguintes operações:

Data	Operação
05/07/X10	Compra de estoque no valor de R\$ 27.000,00 para ser pago em 30 dias, sem juros.
12/07/X10	Recebimento de R\$ 15.000,00 de um cliente, para entrega futura de mercadorias.
31/07/X10	Compra de um veículo, por meio de arrendamento mercantil financeiro, para ser pago em 36 prestações mensais de R\$ 2.500,00 cada. Se a Cia. adquirisse o veículo à vista pagaria R\$ 75.000,00.
31/07/X10	Emissão de 1.000 debêntures a R\$ 20,00 cada, com taxa de juros compostos de 8% ao ano, com prazo de 10 anos e pagamentos anuais de R\$ 2.981,00. Os custos de transação incorridos e pagos na emissão foram de R\$ 600,00. Na emissão desses títulos houve prêmio no valor de R\$ 892,00.

Após o registro das operações acima, o Passivo da Cia. Financia Tudo S.A., em 31/07/X10, era, em reais,

- (A) 137.000.  
(B) 137.892.  
(C) 137.292.  
(D) 152.000.  
(E) 152.292.
- 
70. A Cia. Gera Caixa S.A. é uma empresa comercial e apresentava as seguintes demonstrações contábeis:

**Balanco Patrimonial (em reais)**

Ativo Circulante	31/12/X9	31/12/X10	Passivo Circulante	31/12/X9	31/12/X10
Disponível	150.000	229.000	Fornecedores	30.000	40.000
Duplicatas a Receber	20.000	66.000			
Estoques	30.000	10.000	<b>Passivo Não Circulante</b>		
			Empréstimos	40.000	40.000
<b>Ativo Não Circulante</b>					
Imobilizado			<b>Patrimônio Líquido</b>		
Terreno	10.000	-			
Veículo	30.000	40.000	Capital Social	170.000	222.000
Depreciação Acumulada		(5.000)	Reservas de Lucros	-	38.000
<b>Total do Ativo</b>	<b>240.000</b>	<b>340.000</b>	<b>Total do Passivo + PL</b>	<b>240.000</b>	<b>340.000</b>

**Demonstração do Resultado de X10 (em reais)**

Receita de vendas .....	150.000
Custo dos Produtos Vendidos .....	(80.000)
<b>Lucro Bruto .....</b>	<b>70.000</b>
Despesas administrativas .....	(10.000)
Despesa de depreciação .....	(5.000)
(+) Outras receitas operacionais	
Lucro na venda do terreno .....	8.000
<b>Lucro antes do resultado financeiro.....</b>	<b>63.000</b>
Despesa financeira (juros) .....	(10.000)
<b>Lucro antes do IR e CSLL .....</b>	<b>53.000</b>
Despesa com Imposto de Renda e CSLL.....	(15.000)
<b>Lucro Líquido.....</b>	<b>38.000</b>

Com base nessas demonstrações e sabendo que os juros não foram pagos, que o aumento de capital foi em dinheiro e que os veículos foram adquiridos à vista, o fluxo de caixa decorrente das Atividades de Financiamento foi, em reais,

- (A) 32.000.  
(B) 42.000.  
(C) 52.000.  
(D) 90.000.  
(E) 95.000.



71. Considere as seguintes assertivas:

- I. A receita reconhecida de uma subvenção governamental recebida e não distribuída na forma de dividendos foi destinada para a Reserva de Incentivos Fiscais.
- II. Pagamentos de caixa decorrentes do resgate de ações da própria entidade devem ser classificados como fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento.
- III. Em relação às provisões, a entidade deve reconhecer todas as obrigações presentes prováveis e possíveis, cujos valores possam ser estimados com confiança, além de reavaliá-las em cada data de balanço, cujas mudanças impactam o resultado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

72. A empresa Intangível S.A. possuía, em 31/12/X9, um ativo intangível com vida útil indefinida, no valor de R\$ 130.000,00, o qual é composto por:

- Valor de custo: R\$ 150.000,00.
- Perda por desvalorização reconhecida (em X9): R\$ 20.000,00.

Em 31/12/X10, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 120.000,00.
- Valor líquido de venda: R\$ 160.000,00.

Com base nessas informações, em 31/12/X10, a empresa

- (A) não faz nenhum registro.
- (B) reconhece um ganho no valor de R\$ 30.000,00.
- (C) reconhece uma perda por desvalorização no valor de R\$ 10.000,00.
- (D) reverte a perda por desvalorização reconhecida no valor de R\$ 20.000,00.
- (E) reverte a perda por desvalorização reconhecida no valor de R\$ 20.000,00 e reconhece um ganho no valor de R\$ 10.000,00.

73. O ingresso de recursos financeiros obtidos, por determinado Estado Brasileiro, mediante empréstimo de longo prazo, para financiar a execução de um hospital público, sob o aspecto orçamentário é classificado como

- (A) Receita de Capital.
- (B) Receita Imobiliária.
- (C) Obras e Instalações.
- (D) Receita Patrimonial.
- (E) Investimentos.





74. A Prefeitura Municipal de Gente Feliz arrecadou, no exercício de 2011, R\$ 250.000,00, a título de multas de trânsito. Sob o aspecto orçamentário, o ingresso destes recursos deve ser classificado em
- (A) Transferências Correntes.  
 (B) Receita Patrimonial.  
 (C) Transferências de Capital.  
 (D) Outras Receitas Correntes.  
 (E) Receita de Penalidades Administrativas.

75. Determinada Entidade Pública adquiriu um veículo, a prazo, pelo valor de R\$ 30.000,00. Sob o enfoque patrimonial,
- (A) houve aumento no patrimônio líquido da Entidade por tratar-se de variações patrimoniais quantitativas aumentativas.  
 (B) é uma despesa de capital que aumenta o patrimônio líquido da Entidade.  
 (C) não houve aumento no patrimônio líquido da Entidade por tratar-se de variações patrimoniais qualitativas.  
 (D) é uma despesa corrente que não aumenta o patrimônio líquido da Entidade.  
 (E) houve variação patrimonial quantitativa diminutiva, por isso alterou o patrimônio líquido da Entidade.

76. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas a Setor Público – NBCASP, o sistema contábil público estrutura-se nos seguintes subsistemas de informações:
- (A) Financeiras, Variações Patrimoniais e Controle Interno.  
 (B) Orçamentárias, Financeiras, Custos e Gestão Fiscal.  
 (C) Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.  
 (D) Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Compensação e Demonstração das Variações Patrimoniais.  
 (E) Orçamentárias, Patrimoniais, Custos e Compensação.

77. O orçamento de determinada Entidade Pública foi aprovado com os seguintes valores referentes as receitas e despesas orçamentárias:

Receitas Previstas:		Despesas Fixadas:	
Correntes	R\$ 15.000,00	Correntes	R\$ 12.000,00
Capital	R\$ 10.000,00	Capital	R\$ 13.000,00

Sob a ótica do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o registro contábil da previsão das receitas deve ser realizado mediante débito e crédito, respectivamente, nas contas

- (A) Receita a Realizar e Previsão Inicial da Receita.  
 (B) Previsão inicial da Receita e Receita a Realizar.  
 (C) Previsão Inicial da Receita e Receita a Receber.  
 (D) Receita a Receber e Previsão Inicial da Receita.  
 (E) Receita a Receber e Receita a Realizar.

**Atenção:** As questões de números 78 a 92 referem-se a: Lei de Responsabilidade Fiscal, Execução Orçamentária e Financeira e Licitações e Contratos.

78. Por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma das funções da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO é
- (A) estabelecer o limite mínimo de gastos com a saúde e a educação, em percentual da Receita Corrente Líquida – RCL, para o exercício seguinte.  
 (B) estabelecer limitações à expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.  
 (C) estabelecer o limite máximo de endividamento e amortização da dívida, em percentual da Receita Corrente Líquida – RCL, para o exercício seguinte.  
 (D) prever as medidas de recondução da Dívida aos limites legais.  
 (E) prever as medidas para eliminação do déficit orçamentário.



**Instruções:** Com base nas informações a seguir e considerando os percentuais estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal que limita a despesa total com pessoal, responda às questões de números 79 e 80.

Em determinado Estado da federação não há Tribunal de Contas dos Municípios e a receita corrente líquida, para efeito de apuração do limite da despesa total com pessoal, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010 foi de R\$ 900.000,00.

79. Para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado, a despesa total com pessoal, não poderá exceder a
- (A) R\$ 5.400,00.
  - (B) R\$ 18.000,00.
  - (C) R\$ 22.500,00.
  - (D) R\$ 27.000,00.
  - (E) R\$ 54.000,00.
- 
80. No âmbito do Poder Executivo Estadual a despesa com pessoal não poderá exceder a
- (A) R\$ 360.000,00.
  - (B) R\$ 368.100,00.
  - (C) R\$ 441.000,00.
  - (D) R\$ 513.000,00.
  - (E) R\$ 540.000,00.
- 
81. O não cumprimento de determinadas exigências contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal impedirá que o ente receba transferências voluntárias. Consta, dentre essas exigências,
- (A) deixar de eliminar o déficit orçamentário até o final do exercício financeiro.
  - (B) propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei.
  - (C) não encaminhar a prestação de contas ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas para exame.
  - (D) deixar de estabelecer na Lei de Diretrizes Orçamentárias critérios e formas de limitação de empenho, caso a arrecadação da receita seja inferior ao esperado.
  - (E) não remeter contas relativas ao exercício anterior ao Poder Executivo da União até 30 de abril, para o caso dos Municípios ou até 31 de maio, no caso de Estados.
- 
82. As informações necessárias à verificação da conformidade das despesas total com Pessoal com os limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal constam, do relatório
- (A) Resumido da Execução Orçamentária, que será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, abrangendo todos os poderes e Ministério Público.
  - (B) de Gestão Fiscal que será emitido ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e órgãos e Ministério Público.
  - (C) de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais que ocorrerá até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, abrangendo todos os poderes e Ministério Público.
  - (D) de Avaliação da Execução Orçamentária que será publicado até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre, especificando as despesas realizadas e respectivos limites, pelos titulares dos poderes, órgãos e Ministério Público.
  - (E) do Anexo de Metas Fiscais que será emitido ao final de cada quadrimestre, abrangendo a administração direta, fundações, autarquias e empresa estatal dependente.



83. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o desdobramento das receitas em metas bimestrais de arrecadação, informando quais medidas serão adotadas para o combate à sonegação, à cobrança da dívida ativa e aos créditos executáveis pela via administrativa será executado
- (A) pelos titulares dos poderes, até vinte dias após a publicação do orçamento anual.
  - (B) pelo Controle Interno do Poder Executivo, até vinte dias após a publicação do orçamento anual.
  - (C) pelo Governador, na esfera estadual, após aprovação do Tribunal de Contas do Estado.
  - (D) pelo Controle Interno do Poder Executivo, após aprovação do Tribunal de Contas.
  - (E) pelo Poder Executivo, até trinta dias após a publicação do orçamento anual.
- 

Instruções: Utilize as informações a seguir, para responder às questões de números 84 a 86.

Determinada Prefeitura contratou uma empresa para prestação de serviços de manutenção de elevadores, para o período de 12 meses a contar de 01.05.2010, no valor mensal de R\$ 10.000,00. A partir de primeiro de janeiro de 2011, o valor mensal dos serviços foi reajustado em 20%.

84. Sob o aspecto orçamentário, o valor da despesa empenhada para o exercício de 2010 foi de
- (A) R\$ 60.000,00.
  - (B) R\$ 80.000,00.
  - (C) R\$ 70.000,00.
  - (D) R\$ 90.000,00.
  - (E) R\$ 120.000,00.
- 
85. Do total da despesa empenhada para o exercício de 2010, embora o município tivesse disponibilidades financeiras suficientes, pagou no próprio exercício o valor de R\$ 50.000,00. Nestas condições, o valor inscrito em Restos a Pagar foi de
- (A) R\$ 10.000,00.
  - (B) R\$ 20.000,00.
  - (C) R\$ 30.000,00.
  - (D) R\$ 40.000,00.
  - (E) R\$ 70.000,00.
- 

86. O valor da Despesa empenhada para o exercício de 2011 foi de
- (A) R\$ 8.000,00.
  - (B) R\$ 24.000,00.
  - (C) R\$ 40.000,00.
  - (D) R\$ 48.000,00.
  - (E) R\$ 50.000,00.
- 

87. Na execução orçamentária do exercício de 2011, a Prefeitura de Gente Feliz contratou uma empresa para construção de um viaduto no valor de R\$ 500.000,00. Para garantia da execução das obras a contratada recolheu, em dinheiro, à Prefeitura 5% do valor contratual. A entrada desse recurso no tesouro do Município é considerada
- (A) ingresso extraorçamentário.
  - (B) variação ativa independente da execução orçamentária.
  - (C) receita de serviço decorrente da execução de contratos.
  - (D) mutações patrimoniais ativas.
  - (E) receita de taxas cobradas para garantir a execução de contratos.
- 

88. Sobre a dispensa e inexigibilidade de licitação, é correto afirmar que
- (A) não exige justificção, porque o Estatuto da Licitação não faz tal exigência.
  - (B) exige procedimento próprio apenas em caso de dispensa de licitação.
  - (C) exige procedimento próprio apenas em caso de inexigibilidade de licitação.
  - (D) exige procedimento próprio tanto na dispensa como na inexigibilidade.
  - (E) a lei não admite contratação sem dispensa ou inexigibilidade de licitação, qualquer que seja a situação.
-



89. No controle externo, é competência do Tribunal de Contas
- (A) sustar, de imediato, contrato administrativo eivado de ilegalidade.
  - (B) decidir a respeito de sustação de contrato administrativo, caso o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de 90 dias, não cumpram com as atribuições constitucionais que lhes competem.
  - (C) anular contrato administrativo, caso seja apurado em auditoria que o mesmo não atendeu aos requisitos legais para ser celebrado, imputando pena de multa proporcional ao dano ao erário.
  - (D) revogar contrato administrativo impugnado quando, decorrido o prazo de 180 dias, o Congresso Nacional ou o Poder Executivo competente não o fizer.
  - (E) sustar, anular ou revogar contrato administrativo celebrado sem prévia licitação ou com licitação em modalidade não adequada à espécie de contrato, desde que o Poder Executivo competente deixe de agir no prazo previamente assinado.
- 
90. Sobre anulação e revogação de licitação, é correto afirmar:
- (A) A revogação, de ofício ou por provocação, pressupõe ilegalidade ou desvio de finalidade no procedimento licitatório.
  - (B) A anulação, apurada em procedimento administrativo próprio, é ato privativo da Administração e pressupõe fato superveniente devidamente comprovado.
  - (C) A revogação se dá pela autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório, por motivos de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para comprovar tal conduta.
  - (D) A autoridade competente pode anular a licitação, de ofício ou por provocação de terceiro, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para comprovar tal conduta.
  - (E) A revogação e a anulação do procedimento licitatório pressupõem prova da ilegalidade e do fato superveniente, desde que sejam pertinentes e suficientes para justificar a conduta.
- 
91. Em licitação para compra de material de escritório, consta no edital duas mil canetas de cor azul com cláusula especificando que somente serão admitidas propostas com canetas da marca "BBB". Este procedimento licitatório
- (A) viola os princípios da igualdade de direitos que deve ser assegurada a todos os interessados em contratar, bem assim o princípio da impessoalidade, já que a Administração está se pautando em critérios subjetivos ao determinar a marca da caneta.
  - (B) é perfeitamente válido, na medida em que a Administração deve buscar a melhor proposta, com o melhor preço, estando englobada nesta noção os melhores produtos disponíveis no mercado.
  - (C) será válido somente se a Administração Pública não desqualificar proposta mais vantajosa, ainda que haja a apresentação de outra marca de caneta, reconhecidamente de melhor qualidade daquela exigida no edital.
  - (D) não viola o princípio da moralidade e da probidade ao prestigiar determinada marca de caneta, em detrimento de outras marcas disponíveis no mercado, uma vez que o edital contém indicativo de preferência pela marca.
  - (E) atende integralmente ao princípio do julgamento objetivo, já que o julgamento deve se ater a todos os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos.
- 
92. Quando todos os licitantes forem inabilitados, a Administração poderá
- (A) realizar contratação com dispensa de licitação ou optar por realizar a licitação na modalidade convite.
  - (B) realizar contratação com inexigibilidade de licitação, observando apenas a proposta mais vantajosa.
  - (C) fazer a licitação na modalidade convite, independente de valor.
  - (D) fixar aos licitantes o prazo de 10 dias úteis para apresentação de nova documentação, exclusivamente quando se tratar da modalidade concorrência.
  - (E) fixar aos licitantes o prazo de 8 dias úteis para apresentação de nova documentação, reduzindo-se este prazo para 3 dias úteis no caso de convite.



Atenção: As questões de números 93 a 95 referem-se a Poder Legislativo Municipal.

93. Acerca dos subsídios, é correto afirmar:

- (A) O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente.
- (B) Em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a 60% dos subsídios dos Deputados Estaduais.
- (C) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 7,5% (sete e meio por cento) da receita do Município.
- (D) O aumento dos subsídios dos Deputados Estaduais autoriza automaticamente o reajuste dos subsídios dos Vereadores.
- (E) Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal não enviar o repasse relativo aos subsídios dos Vereadores até o dia dez de cada mês.

94. No que tange às incompatibilidades para o exercício do cargo de Vereador, é correto afirmar:

- (A) Na investidura de cargo eletivo, o Vereador titular de cargo de servidor público da administração direta, autárquica e fundacional deverá ficar afastado de seu cargo, emprego ou função, independentemente da compatibilidade de horários, podendo optar pela remuneração.
- (B) Em caso de afastamento para o exercício de mandato eletivo, não se contará o tempo de serviço para fins de benefício previdenciário.
- (C) Aos suplentes de Vereadores, titulares de cargo, emprego ou função estendem-se as garantias de exercício dos cargos, quando compatíveis os horários, assim como a garantia da remuneração de ambos.
- (D) Se o Vereador eleito for servidor público da administração direta, autárquica e fundacional e houver compatibilidade de horários, perceberá este as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (E) Ao Vereador eleito somente se autoriza a cumulação de cargo público de professor, havendo compatibilidade de horário.

95. É INCORRETO afirmar que nas Comissões Parlamentares de Inquérito,

- (A) a testemunha arrolada é obrigada a comparecer, sob pena de ser conduzida coercitivamente.
- (B) a comissão terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
- (C) os acusados e testemunhas não poderão se fazer acompanhar de advogados, haja vista não haver, nesta fase inquisitória, a garantia do contraditório.
- (D) o denunciante, sendo Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação.
- (E) a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas.

Atenção: As questões de números 96 a 100 referem-se a Matemática.

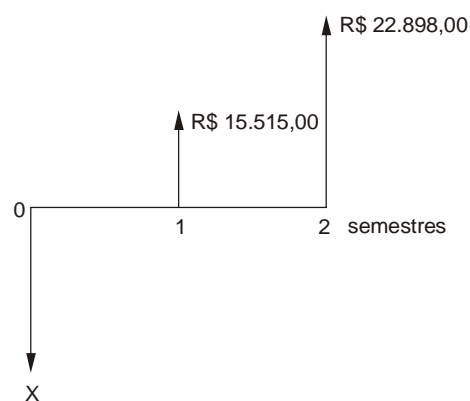
96. O valor dos juros correspondente à aplicação de um capital a juros simples, durante 16 meses, a uma taxa de 10,2% ao ano, é igual a R\$ 2.040,00. Caso este capital fosse aplicado durante um ano a juros compostos, a uma taxa de 5% ao semestre, o valor dos juros seria igual a

- (A) R\$ 1.853,00.
- (B) R\$ 1.655,00.
- (C) R\$ 1.623,50.
- (D) R\$ 1.537,50.
- (E) R\$ 1.530,00.



97. Um capital no valor de R\$ 25.000,00 foi aplicado, durante um ano, à taxa semestral de 6% com capitalização contínua. Utilizando a informação de que 6% é igual ao logaritmo neperiano de 1,062, tem-se que o valor do montante, no final do período, foi igual a
- (A) R\$ 28.090,00.  
(B) R\$ 28.143,00.  
(C) R\$ 28.196,10.  
(D) R\$ 28.249,20.  
(E) R\$ 28.302,30.
- 
98. Um título é descontado 2 meses antes de seu vencimento a uma taxa de desconto de 24% ao ano e o valor do desconto foi igual a R\$ 820,00. Sabe-se que a operação utilizada foi a de desconto racional simples. Com a utilização do desconto comercial simples, considerando a mesma taxa de desconto anterior, o valor de desconto apresentaria o valor de
- (A) R\$ 852,80.  
(B) R\$ 860,20.  
(C) R\$ 880,00.  
(D) R\$ 888,40.  
(E) R\$ 896,00.
- 
99. Uma dívida deverá ser liquidada por meio de 100 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira prestação um mês após a data da contratação da dívida. Foi utilizado o Sistema de Amortização Constante (SAC) a uma taxa de juros de 1,5% ao mês. Se o valor da última prestação é igual a R\$ 812,00, então o valor da vigésima prestação é igual a
- (A) R\$ 1.760,00.  
(B) R\$ 1.772,00.  
(C) R\$ 1.784,00.  
(D) R\$ 1.796,00.  
(E) R\$ 1.808,00.
- 

100. O fluxo de caixa abaixo refere-se a um projeto de investimento em que se apurou uma taxa interna de retorno (TIR) de 7% ao semestre.



O valor do desembolso inicial (X) deste projeto, em reais, é tal que

- (A)  $X \leq 33.500$ .  
(B)  $33.500 < X \leq 33.750$ .  
(C)  $33.750 < X \leq 34.000$ .  
(D)  $34.000 < X \leq 34.250$ .  
(E)  $X > 34.250$ .